
A TEORIA DA VIOLÊNCIA DE JOHAN GALTUNG: A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, CULTURAL E DIRETA

JOHAN GALTUNG'S VIOLENCE THEORY: THE RELATIONSHIP AMONG STRUCTURAL, CULTURAL, AND DIRECT VIOLENCE

LA TEORÍA DE LA VIOLENCIA DE JOHAN GALTUNG: LA RELACIÓN ENTRE VIOLENCIA ESTRUCTURAL, CULTURAL Y DIRECTA

Marco Antonio Paulino Azzolini¹

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024138208-pt>

Resumo

O presente artigo se propõe a apresentar a abordagem teórica do sociólogo Johan Galtung, um dos principais nomes dos estudos sobre violência e paz, acerca do fenômeno da violência. Inicialmente, serão introduzidos os três conceitos centrais da obra do autor (violência direta, violência estrutural e violência cultural) para, a partir disso, realizarmos breve discussão acerca da relação entre os conceitos supracitados, de modo a evidenciar como esses se relacionam. Para atingir tal objetivo, recorreremos a um levantamento bibliográfico dos principais textos de Galtung, bem como de obras de comentadores. Dentre as principais conclusões de Galtung, pode-se destacar o papel central das violências culturais e estruturais como causadoras da violência direta.

Palavras-Chave: Violência; Paz; Segurança; Estudos para a Paz; Johan Galtung.

Abstract

This article aims to present sociologist Johan Galtung's theoretical approach, one of the leading figures in the Peace Studies, regarding the phenomenon of violence. Initially, I will introduce the three central concepts of the author's work (direct violence, structural violence, and cultural violence) to engage in a brief discussion about the relationship among these concepts, in order to demonstrate how they interrelate. To achieve this objective, we rely on a bibliographical survey of Galtung's main texts, as well as works by commentators. Among Galtung's main conclusions, we can highlight the central role of cultural and structural violence as causes of direct violence.

Keywords: Violence; Peace; Security; Peace Studies; Johan Galtung.

Resumen

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", marco.paulino@unesp.br.

Este artículo tiene como objetivo presentar el enfoque teórico del sociólogo Johan Galtung, uno de los principales exponentes en los Estudios para la Paz, en relación con el fenómeno de la violencia. Inicialmente, se introducirán los tres conceptos centrales de la obra del autor (violencia directa, violencia estructural y violencia cultural) para luego entablar una breve discusión sobre la relación entre dichos conceptos, con el fin de demostrar cómo se relacionan entre sí. Para lograr este objetivo, recurrimos a un estudio bibliográfico de los principales textos de Galtung, así como de obras de comentaristas. Entre las principales conclusiones de Galtung, se puede destacar el papel central de las violencias culturales y estructurales como causantes de la violencia directa.

Palabras Clave: Violencia; Paz; Seguridad; Estudios para la Paz; Johan Galtung.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno com manifestações recorrentes no plano empírico e subjetivo² e, em razão disso, tornou-se objeto de uma ampla gama de estudos e teorizações no meio científico, tendo maior proeminência na Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais (Arendt, 2011; Chauí, 2017; Žižek, 2014). Tal preocupação não é infundada: dados do Uppsala Conflict Data Program demonstram que, a partir de 2010, houve uma escalada no número de mortes relacionadas a conflitos em que pelo menos uma das partes é um Estado nacional (*state-based violence*), sendo os mais recentes os conflitos envolvendo Rússia contra Ucrânia, e Israel contra o Hamas, além de conflitos menos evidenciados pelos meios de comunicação como no Iêmen e na Nigéria (Davies; Pettersson; Öberg, 2023). É possível observar a mesma tendência com relação aos conflitos que envolvem atores não-estatais (*non-state conflicts*): dados do Uppsala Conflict Data Program apontam para um crescimento nas fatalidades, a partir de 2013, relacionadas à ação de grupos criminosos na América Latina, além de diversos conflitos na África e Ásia (Davies; Pettersson; Öberg, 2023). É interessante notar que grande parte dos conflitos citados localizam-se em países do chamado “Sul Global”³.

A permanência desse fenômeno nos obriga a continuar trabalhando em sua compreensão, a fim de desenvolver formas efetivas e criativas de erradicá-lo. Nossa

² Galtung entende a violência como um fenômeno que acontece para além do plano material, expressando-se também na cultura (GALTUNG, 1990).

³ Segundo Meneses (2012, p. 199-200) “O Sul global é uma metáfora da exploração e exclusão social, agregando lutas por projetos alternativos de transformação social e política. A expressão Sul global tem vindo a ser crescentemente usada para fazer referência às regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno, anteriormente denominados Terceiro Mundo

proposta é apresentar a teorização do sociólogo norueguês Johan Galtung, um dos nomes mais proeminentes dos Estudos para a Paz, a respeito do conceito de violência em suas três dimensões: direta, estrutural e cultural. Pretendemos, também, revisar as relações que envolvem três tipos de violência, conforme sugerido pela teoria de Galtung. Para cumprir este objetivo, realizamos uma revisão bibliográfica dos textos centrais do autor, além da leitura de textos suplementares acerca do tema.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, realizaremos uma breve apresentação da disciplina dos Estudos de (ou para) a Paz e da contribuição de Galtung para o desenvolvimento dessa área para, na seção seguinte, debater o conceito de violência em suas três facetas (direta, estrutural e cultural), conforme a obra de Johan Galtung. Discutiremos, na terceira parte, de que forma as três dimensões supracitadas se reforçam, a fim de evidenciar os possíveis vínculos causais sugeridos pelo autor. Exploraremos, na mesma parte do texto, propostas para a superação destas formas de violência.

JOHAN GALTUNG E OS ESTUDOS PARA A PAZ

Reflexões acerca da paz têm sido elaboradas desde a antiguidade, tendo as comédias políticas escritas por Aristófanes (446 a.C. – 386 a.C.) e o “Discurso sobre a paz” de Isócrates (356 a.C.) como alguns dos mais antigos documentos dedicados exclusivamente ao tema (Salatini, 2014). Aparecem em menor escala na obra de autores medievais como Agostinho, em “A cidade de Deus” (413-426), e Tomás de Aquino, na “Suma teológica” (1266-1273), e ganha, a partir do século XV, grande relevância nos debates filosóficos, dentre os quais podemos citar “Direito de guerra e da paz” (1625) de Hugo Grócio, as obras do abade de Saint-Pierre “Projeto para tornar perpétua a paz na Europa” (1713) e “Projeto de Tratado para tornar perpétua a paz entre os soberanos cristãos” (1717), Jean-Jacques Rousseau em textos como “Julgamentos sobre a paz perpétua” (1756) e “Escritos sobre o abade de Saint-Pierre” (1761), Jeremy Bentham com “Um plano para uma paz universal e perpétua” (1789) e, finalmente, Immanuel Kant, em seu artigo “Sobre a paz perpétua” (1795) (Salatini, 2014).

A partir da década de 1950, o tema da paz começa a ser trabalhado enquanto campo de estudos organizado, sendo dotado de certo grau de institucionalização em

universidades, centros de pesquisa, publicações e fóruns especializados, além de delimitado por um corpo teórico próprio (Oliveira, 2017). Essa organização teve início nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), motivada pelo ideal de repúdio à violência e às atrocidades em massa, bem como pela intensificação da corrida nuclear, que se tornou a principal preocupação durante a Guerra Fria (Rogers; Ramsbotham, 1999).

Dentro do contexto supracitado, surgiram revistas científicas e departamentos dedicados exclusivamente ao problema da paz, encabeçados por Kenneth Boulding, Herbert Herman e Anatol Rapoport por meio da criação do até hoje renomado *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, e do *Center for Research on Conflict Resolution*, da Universidade de Michigan, em 1959 (Pureza; Cravo, 2005). Nesse primeiro momento, a expressão “**pesquisa de conflitos**” (*conflict research*) era utilizada para referir-se ao campo de estudos que surgia, evidenciando a centralidade da preocupação em resolver conflitos de grande escala de maneira pacífica (Oliveira, 2017).

Sobre a pesquisa de conflitos, destaca-se que:

Essa nascente agenda de pesquisa procurou buscar na revolução behaviorista — isto é, no movimento que projetava sobre as ciências sociais um aparato de validação científica inspirado nas ciências da natureza — o mesmo conjunto de ferramentas metodológicas que os realistas e estrategistas começavam a abraçar para se legitimarem como produtores de conhecimento científico (Oliveira, 2017, p.151).

Reid e Yanarella (1976) apontaram um processo de “captura” da pesquisa de conflitos pelos pressupostos dominantes das Ciências Sociais da época, a saber, a investigação orientada à técnica (*technical-oriented*) caracterizada por uma pretensa neutralidade por parte do pesquisador (*value-obscured*), bem como pela supressão do pluralismo metodológico. Essa “captura” “influenciou o debate que se seguiu na fase inicial do desenvolvimento dos Estudos para a Paz” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 540).

Como fruto de esforços para colocar a paz como elemento central do novo projeto intelectual, a nomenclatura “**pesquisa para a paz**” (ou *peace research*) começa a ganhar força na Europa. Galtung, no editorial do primeiro volume do *Journal of Peace Research*, clamava “Nós não temos medo da palavra ‘paz’” (*Journal of Peace Research*, 1964, p. 4), deixando explícito o empenho do grupo de pesquisadores afiliados ao *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), criado em 1959, em dar

centralidade à paz e torná-la objeto de estudo científico (e não mais apenas a resolução de conflitos, conforme era na pesquisa de conflitos) (Oliveira, 2017).

Apesar da novidade e do maior foco atribuído à paz, a proposta inicial de Galtung para o conceito de paz positiva não era tão radical em sua formulação. Em 1964, no editorial do primeiro volume do *Journal of Peace Research*, fundado e editado pelo teórico norueguês, o autor diferenciou os fenômenos da paz negativa e paz positiva: "[...] paz negativa, que é a ausência de violência, ausência de guerra – e paz positiva, que é a integração da sociedade humana" (*Journal of Peace Research*, 1964, p. 2, tradução nossa). Peter Lawler (1995) aponta que essa definição de Galtung não visava estabelecer a paz como um valor nem propor a obrigação moral de realizá-la, mas buscava deduzir seu conteúdo a partir da análise empírica e explorar os meios para sua efetivação. O autor argumenta, ainda, que o papel desempenhado pelo pesquisador para a paz era o de um técnico dedicado à preservação e à melhoria da saúde do corpo político global (Lawler, 1995).

A abertura metodológica para além da predominância de uma abordagem positivista, para uma iniciativa crítica aos paradigmas vigentes nas Ciências Sociais⁴ (e que prevaleciam nas produções sobre pesquisa de conflitos), ocorreu particularmente a partir da reformulação do conceito de paz positiva (acompanhado pela introdução do conceito de violência estrutural) por Johan Galtung, em seu artigo seminal *Violence, peace and peace research* (1969) (Pureza, 2009). No *paper* em questão, o autor reelabora o conceito de paz positiva, que passa a ser entendida como a redução da violência estrutural, de modo a adicionar elementos relacionados à distribuição de fatores econômicos e sociais no escopo da Pesquisa para a Paz (*peace research*).

Esse movimento tornou-se evidente nas mudanças conceituais e epistemológicas que marcaram as propostas de Galtung a partir do final da década de 1960. Tais alterações ocorreram, em parte, em resposta às críticas aos seus conceitos de paz positiva e negativa, publicados em 1964. Em sua crítica, Herman Schmid (1968) observava que os conceitos de paz que fundamentavam a pesquisa para a paz na época refletiam as necessidades de controle do sistema internacional,

⁴ Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 540) destacam que “naquele contexto, o paradigma predominante era o da ciência normal, e o trabalho estatístico visava traçar correlações e possíveis generalizações, seguindo uma epistemologia eminentemente positivista”.

por parte dos atores dominantes, a fim de evitar danos à ordem estabelecida. A integração (um elemento presente no conceito de paz positiva de Galtung) teria a função de estabilizar o sistema internacional, preservando o *status quo*. Schmid (1968, p. 224, tradução nossa) afirmava, ainda, que o conteúdo da paz positiva não era consensual, e que "os valores políticos básicos aos quais as pessoas se referem quando falam de paz estão vinculados aos seus interesses estruturalmente determinados". O autor reconhecia que os conflitos são construídos dentro das estruturas sociais e devem ser resolvidos unicamente por meio de mudanças estruturais (Schmid, 1968).

É a partir da formulação do conceito de violência estrutural por Galtung (1969) que a *peace research* começa a se posicionar enquanto disciplina analítica, além de estabelecer-se como um projeto crítico⁵, dotada de um viés normativo (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 540). Oliveira (2017) atesta que a nova disciplina buscava manter um rigor analítico, em conjunto com o respeito aos protocolos científicos de validação do conhecimento, mas adicionava a esses pressupostos o ideal de que a violência (direta, estrutural e cultural) possuía um valor negativo e, portanto, deveria ser rejeitada e reduzida (no melhor dos casos, extinta) através de métodos pacíficos. Sobre o aspecto crítico da *peace research*, Dahl (2012) afirma que esse geralmente desafia o *status quo* (marcado por desigualdades sociais e econômicas), de modo a tentar subverter os arranjos de poder tradicionais e empoderar grupos marginalizados.

É em meio a esse debate que os Estudos de (ou para) a Paz⁶ (*Peace Studies*) se estabelecem enquanto disciplina, deixando de ser apenas um subcampo das Relações Internacionais (que trata da paz em certo grau, mas não a tem como objeto de estudos central da disciplina) (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019). A nomenclatura Estudos para a Paz ganhou força e estabeleceu-se gradualmente, sendo um rótulo "guarda-chuva", que abrange:

[...] o tipo de pesquisa neopositivista, fiel às origens behavioristas da pesquisa do conflito e da pesquisa da paz, mas também as abordagens mais reflexivas e críticas que foram incorporadas à disciplina com os conceitos de violência

⁵ Patomäki (2001, p. 727, tradução nossa) sugere que a teoria crítica "[...] pressupõe que as ideias e conceitos humanos são significativos do ponto de vista da reprodução ou mudança das relações sociais. Na teoria crítica, argumenta-se que os fatos e regularidades sociais são produzidos historicamente por atores humanos posicionados e relacionais (eles próprios históricos) e, portanto, também podem ser alterados por eles. Apesar da resistência dos poderosos e de outras contingências, uma mudança proposital e emancipatória é, pelo menos em princípio, possível".

⁶ Abreviado, geralmente, como EPP.

estrutural e cultural e com as influências construtivistas, críticas, pós-estruturalistas, feministas e pós-colonialistas introduzidas na disciplina a partir das décadas de 1980 e 1990 (Oliveira, 2017, p. 152).

Ferreira, Kuhlmann e Maschietto (2019) enquadram os Estudos para a Paz como uma disciplina científica, com base nas características elencadas por Krishnan (2009). Segundo os autores, a disciplina dos Estudos para a Paz: (1) Possui um objeto específico de estudo (a paz e a violência); (2) Acumula e produz um corpo de conhecimento especializado nesse objeto de estudos; (3) Apresenta teorias e conceitos próprios; (4) Faz uso de terminologia específica e possui um vocabulário técnico associado ao objeto de estudo (“paz positiva”, “violência estrutural”); (5) Possui certa dificuldade em produzir métodos de pesquisa específicos para suas necessidades, devido ao seu caráter transdisciplinar, o que dificulta a criação de métodos próprios para a disciplina; (6) Está institucionalizada em departamentos e centros de pesquisas dedicados à paz, bem como periódicos na área e cursos de graduação e pós-graduação com foco no fenômeno (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019).

Tendo em vista o debate sobre a nomenclatura da disciplina, utilizaremos o nome **“Estudos para a paz”** ou **“Estudos de Paz”** (*Peace Studies*) ao longo do presente artigo, pois trabalharemos com os conceitos de violência (direta, estrutural e cultural) e paz (positiva e negativa) enquanto objetos específicos de estudo, além de ressaltar a relevância da articulação entre teoria e prática, aspectos que não eram centrais à “Pesquisa de conflitos”.

Galtung propõe que os Estudos para a Paz devem ser trabalhados como uma ciência trilateral, que pode ser resumida da seguinte maneira: o cientista deve analisar a realidade por meio dos dados disponíveis; a realidade observada deve ser confrontada com os valores do pesquisador (no caso dos Estudos para a Paz, com os valores da paz) para verificar sua consonância com os valores desejados; se houver discrepância, o cientista deve formular teorias capazes de explicar o mundo e fomentar mudanças na realidade indesejada; por fim, Galtung (1972) destaca que o trabalho científico não se encerra quando o pesquisador publica um artigo ou livro, mas sim quando consegue efetuar mudanças reais no ambiente estudado. Ao término do processo mencionado acima e da bem-sucedida transformação da realidade, o trabalho científico é reiniciado: novas coletas de dados devem ser realizadas, novas

análises e críticas são desenvolvidas com base nos antigos ou novos valores (Galtung, 1972).

A proposta de ciência trilateral de Galtung não é um projeto simples e exige uma abordagem transdisciplinar:

O transdisciplinar pensa através, entre e além das disciplinas. Indo de lado a lado desde as ciências naturais, humanas e exatas, pensar determinado problema sob um viés transdisciplinar exige sobrepassar uma simples conexão entre duas ou mais áreas. Exige conectar distintas áreas do conhecimento para explicar um fenômeno complexo, multidimensional e de diálogo com distintas áreas do conhecimento (Ferreira, 2016, n.p).

Os Estudos para a Paz exigem, portanto, que os pesquisadores superem a divisão do trabalho que existe na academia e aprendam com outras disciplinas, de modo a superar as dicotomias qualitativo/quantitativo, moderno/pós moderno, clássico/contemporâneo, a fim de obter ideias e abrir-se para novas perspectivas capazes de explicar o fenômeno da paz em sua totalidade (Ferreira, 2016).

VIOLÊNCIA DIRETA, ESTRUTURAL E CULTURAL

O conceito de violência foi introduzido por Galtung no artigo *Violence, peace and peace research* (1969) e foi um dos textos centrais de um movimento que caracterizou uma expansão dos Estudos para a Paz, para além de uma disciplina pretensamente neutra e objetiva – voltada à análise da realidade como ela é – para uma ciência normativa, guiada pelo objetivo de alcançar a paz através da prática (Pureza, 2018).

No artigo em questão, Galtung defende que a paz não pode ser interpretada como a ausência de violência física. Segundo ele, essa definição sugere que ordens sociais pouco aceitáveis (desiguais, injustas) sejam interpretadas como pacíficas (Galtung, 1969). O autor sugere que essas ordens sociais desiguais sejam compreendidas como uma forma de violência e propõe, para a análise delas, o conceito de violência estrutural. Para a análise de agressões empreendidas por um ator (ou grupo) diretamente contra outro, Galtung sugere o uso do conceito de violência direta (Galtung, 1969).

A violência direta existe quando um indivíduo ou grupo agride ou pratica um ato violento contra outro (Galtung, 1969), podendo ocorrer na forma de assassinato, mutilação, cercos, campos de concentração, repressão (Galtung, 1990). É importante

salientar que a relação causal entre agressor-ação-vítima é bastante clara e, diferentemente da estrutural, é facilmente observável. Isso facilita seu estudo e a coloca como foco de grande parte das pesquisas relacionadas à violência e promoção da paz (Gledetsch; Nordkvelle; Strand, 2014).

Violência estrutural (ou indireta) compreende cenários em que recursos (materiais ou não) são monopolizados por um grupo ou classe, de modo a criar distorções socioeconômicas que reduzem os níveis de realizações atuais para abaixo de um limiar aceitável⁷ (Galtung, 1969). Na prática, recursos econômicos, poderes políticos e o acesso a direitos básicos são negados à maioria da população, criando uma disparidade tão grande que pode manter as vítimas da violência em um constante estado de miséria e, nos piores (e não raros) casos, causar a morte por fome, doenças tratáveis ou outras razões atreladas à essa condição (Galtung, 1990).

A relação de causa e efeito não é facilmente observada no fenômeno da violência estrutural; ela ocorre na estrutura, de modo que não há uma explícita relação entre agressor e vítima. O ato violento não é facilmente rastreado (Galtung, 1990). Os indivíduos “[...] mais favorecidos [*topdogs*], obtêm muito mais (aqui medido em termos de necessidades monetárias) da interação na estrutura do que outros, os menos favorecidos [*underdogs*]” (Galtung, 1978, n.p *apud* Galtung, 1990, p. 293, tradução nossa). Essa concepção sugere que qualquer obstáculo que obstrua o progresso de um indivíduo no desenvolvimento de suas habilidades, inclinações e potencialidades pode ser categorizado como uma forma de violência, abrangendo desde práticas discriminatórias explícitas até manifestações mais sutis de disparidades sociais (Dilts *et al.*, 2012).

A característica fundamental da violência estrutural reside na sua origem e continuidade a partir das próprias configurações sociais, dispensando a exigência de uma relação direta e explícita entre um agressor identificável e uma vítima específica.

⁷ Barash e Webel (2009, p. 7, tradução nossa) definem esse limiar como: “Quando pessoas morrem de fome ou estão famintas, um tipo de violência está atuando. Da mesma forma, quando pessoas sofrem de doenças que podem ser prevenidas ou quando a elas é negada educação de qualidade, habitação acessível, liberdade de expressão e reunião pacífica, ou oportunidades de trabalhar, divertir-se ou criar uma família, um tipo de violência está ocorrendo [...]”. A violência estrutural, portanto, opera de maneira a obstruir o acesso das pessoas a direitos fundamentais, tais como bem-estar econômico, igualdade política e social, senso de realização pessoal, entre outras questões (BARASH; WEBEL, 2009).

Essa modalidade de violência caracteriza-se por extensos e intrincados ciclos causais que se desdobram de maneira abrangente e ramificada (Galtung, 1990).

A violência estrutural, portanto, configura-se como um processo que age de forma gradual, no qual os indivíduos integrados a uma determinada estrutura podem ocasionar considerável dano a outras pessoas sem a mínima intenção de fazê-lo, apenas ao executarem tarefas ordinárias (Galtung, 1985).

Dilts *et al.* (2012) sugerem a aplicação do conceito de violência estrutural para designar formas de agressão que não se enquadram nos critérios tradicionais e, por conseguinte, não são interpretadas como atos violentos:

[...] o que torna tais violências estruturais não é simplesmente o fato de não obedecerem à gramática jurídica, segundo a qual a responsabilidade deve ser atribuída a um agente individual. [...] tal violência é estrutural devido à sua temporalidade recorrente e iterativa, ao fato de ser reproduzida – de forma diferenciada, claro – e ao fato dessa reprodução e reprodutibilidade não serem apenas aspectos contingentes, mas constitutivos das economias contemporâneas da violência. (Dilts *et al.*, 2012, p. 202, tradução nossa)

Dilts *et al.* (2012) argumentam que, apesar das críticas relacionadas à vagueza e amplitude do conceito, a ideia de violência estrutural emerge como uma alternativa para as limitações das definições "convencionais" ou "positivistas", que associam a violência unicamente a fenômenos visíveis e ações passíveis de serem atribuídas a um indivíduo específico (violência intencional, que resulta em danos físicos a um indivíduo ou sua propriedade). Segundo o positivismo, a violência estrutural e cultural seriam "[...] extensões 'metafóricas' do 'verdadeiro' conceito de violência, e uma tentativa de 'politizar' a 'pesquisa social'" (Dilts *et al.*, 2012, p. 196, tradução nossa).

A ampliação do conceito de violência repercutiu nas estratégias de pesquisa no campo dos Estudos para a Paz. As investigações voltadas ao exame da violência direta concentram seus esforços na análise de atores internacionais e intranacionais, buscando compreender suas capacidades e motivações, e apresentar propostas para prevenir a ação desses agentes violentos (Galtung, 1985). Em contrapartida, a ênfase na violência estrutural visa proporcionar análises críticas das estruturas desiguais, visando a redução dos níveis de violência desse tipo (Galtung, 1985).

Galtung introduziu o conceito de violência cultural em seu trabalho intitulado *Cultural Violence*, publicado em 1990 (Galtung, 1990). O autor define a violência cultural como: "[...] os aspectos da cultura, a esfera simbólica da nossa existência – exemplificados pela religião e ideologia, linguagens e artes, ciências empíricas e

formais (lógica, matemática) – que podem ser usados para legitimar a violência direta ou estrutural" (Galtung, 1990, p. 291). Esse fenômeno opera ao obscurecer a percepção de outras formas de violência, conferindo-lhes uma aparência de legitimidade ou ignorando sua imoralidade, resultando na opacidade da realidade e dificultando a identificação de atos violentos (Galtung, 1990).

Galtung ilustra como um elemento cultural pode justificar a violência, utilizando o exemplo do nacionalismo: "matar em nome de uma nação é correto, em nome de si mesmo é errado" (Galtung, 1990, p. 292). Essa perspectiva reforça a noção de que determinados elementos culturais podem legitimar a violência ao criar uma percepção de justiça ou aceitabilidade moral de atos violentos.

O autor adota uma abordagem cautelosa ao evitar a suposição de superioridade cultural, argumentando que a institucionalização de uma cultura para impor sua adoção universal seria, por si só, um ato de violência direta (Galtung, 1990). Ele ressalta a impossibilidade de rotular culturas inteiras como intrinsecamente violentas, enfatizando que apenas certos elementos de uma cultura podem manifestar tal característica (Galtung, 1990). O autor também destaca que afirmar a superioridade de uma cultura sobre outra, o que é chamado - dentro da antropologia - de etnocentrismo⁸, constitui um exemplo de violência cultural (é evidente, a partir desse apontamento, a inclusão de debates de outras áreas do conhecimento, o que evidencia o caráter transdisciplinar dos Estudos para a Paz).

A RELAÇÃO ENTRE AS TRÊS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Galtung estabelece uma relação interdependente entre as três formas de violência que ele delineia em sua teoria. Conforme o autor, a violência direta, aquela que é facilmente perceptível por meio de ações humanas evidentes, não emerge de maneira isolada, mas decorre das outras duas formas de violência. As origens da violência direta encontram-se enraizadas na violência cultural, a qual caracteriza-se por uma cultura impregnada por elementos violentos, seja de natureza patriarcal, patriótica, ou de qualquer outra forma. Adicionalmente, a violência direta também tem

⁸ Segundo Meneses (1999, p.19) "[...] o etnocentrismo julga os outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que servem para aferir até que ponto são corretos e humanos os costumes alheios. Desse modo, a identificação de um indivíduo com sua sociedade induz à rejeição das outras".

suas bases em estruturas sociais violentas, denominadas como violência estrutural, que podem se manifestar como sistemas repressivos, exploradores, alienantes, entre outros (Galtung, 1998).

É crucial destacar que Galtung (1998) rejeita a ideia de que a violência seja inerente à natureza humana. Em sua visão, o potencial tanto para a violência quanto para o amor é intrínseco à natureza humana. No entanto, a expressão desse potencial está condicionada às circunstâncias em que as pessoas estão inseridas.

O autor postula a existência de um fluxo causal que se origina na violência cultural e se encaminha para a violência direta, passando pela violência estrutural. Conforme ele expressa: "A cultura prega, ensina, adverte, incita e nos induz a ver a exploração [violência estrutural] e/ou a repressão como normais e naturais, ou a não as vermos [...]" (Galtung, 1990, p. 295, tradução nossa). A violência direta surge em resposta a essa exploração, sendo utilizada tanto como meio de escapar da lógica da violência estrutural, por parte dos *underdogs*, quanto como instrumento para preservar as estruturas, por parte dos *topdogs* (Galtung, 1990). Essa relação é representada pela imagem dos *estratos da violência*:

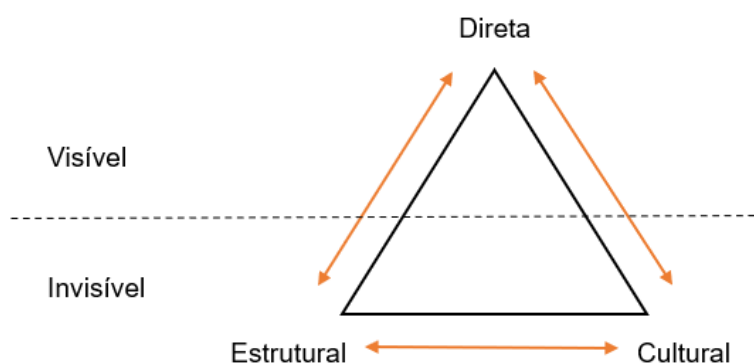
Na base está o fluxo constante através do tempo da violência cultural, um substrato do qual os outros dois podem extrair os seus nutrientes. No estrato seguinte localizam-se os ritmos da violência estrutural. Os padrões de exploração estão a se construírem, a se desgastarem ou a serem destruídos, acompanhados da penetração-segmentação que impede a formação de consciência e da fragmentação-marginalização que impede a organização contra a exploração e a repressão. E no topo, visível ao olhar desorientado e ao empirismo descalço, está o estrato da violência direta com todo o histórico de crueldade direta perpetrada pelos seres humanos uns contra os outros e contra outras formas de vida e a natureza em geral. (Galtung, 1990, p. 294, tradução nossa)

Certamente, esse não é o único ciclo de causa e efeito que pode ser observado a partir dos três conceitos. Galtung (1990) sugere que o curso pode começar a partir da violência direta, passar pela violência estrutural e chegar à violência cultural, entre diversas outras possibilidades. Para ilustrar a trajetória inversa de sua hipótese, Galtung (1990) utiliza o exemplo da escravidão de pessoas africanas:

Africanos são capturados, forçados a cruzar o Atlântico para trabalhar como escravos [violência direta]; milhões são mortos no processo – na África, a bordo e nas Américas. Essa massiva violência direta se infiltra e se sedimenta através dos séculos, na forma de violência estrutural massiva, com os brancos sendo os senhores de escravos (*topdogs*) e os negros escravizados (*underdogs*), de modo a produzir e reproduzir uma violência cultural massiva baseada em ideias racistas (Galtung, 1990, p. 295, tradução nossa)

Tendo em vista as diversas possibilidades de relação entre as três formas de violência, Galtung sugere que a metáfora do triângulo da violência seja apropriada para explicar a interconexão entre as diversas facetas desse fenômeno (Galtung, 1996).

Figura 1- Triângulo da violência



Fonte: GALTUNG, 1996

Apesar de sugerir que a violência geralmente origina-se no âmbito cultural, passa pelas estruturas e manifesta-se na violência direta, Galtung (1990) não descarta a possibilidade de outros arranjos. A violência direta pode gerar mais desigualdades e intensificar sentimentos negativos, alimentando uma cultura adversa em relação a outro grupo. Por outro lado, a disparidade econômica pode fortalecer preconceitos, criando um ciclo recíproco. Em resumo, trata-se de um processo de retroalimentação constante (Galtung, 1998).

PROPOSTA GALTUNGUIANA PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

Um dos equívocos frequentes em processos de pacificação⁹ reside na crença de que a violência direta foi eliminada após a celebração de um acordo de paz e a desmobilização dos combatentes. Mesmo que o sofrimento decorrente da violência

⁹ Acordos de paz, abordagens de *peacekeeping* e *peacemaking*. As abordagens de *peacekeeping* e *peacemaking* são criticadas por Galtung por focarem, centralmente, na solução da violência direta, ignorando as violências estruturais relacionadas à dinâmica do conflito violento (GALTUNG, 1976). Como alternativa a esse problema, Galtung propõe o conceito de *peacebuilding*: uma abordagem associativa, que busca solucionar os problemas da violência direta e estrutural (pode-se incluir violência cultural, mesmo que esse conceito tenha sido elaborado posteriormente) (GALTUNG, 1976; CRAVO, 2017).

direta tenha cessado, é plausível que os níveis de violência estrutural e cultural tenham aumentado durante esse processo (Galtung, 1998).

Usando o triângulo da violência como base, Galtung sugere que a paz pode ser alcançada através da eliminação das três formas de violência:

Esta síndrome triangular da violência deve ser contrastada mentalmente com um triângulo da paz, no qual a paz cultural gera a paz estrutural, com relações simbióticas e equitativas entre parceiros diversos, e a paz direta com atos de cooperação, amizade e amor. Poderia ser um triângulo virtuoso, em vez de vicioso, que também se auto reforça. Este triângulo virtuoso seria alcançado trabalhando nos três pontos ao mesmo tempo, sem presumir que uma mudança fundamental em um deles automaticamente levará a mudanças nos outros dois. (Galtung, 1996, p. 208, tradução nossa)

Utilizando uma analogia com as ciências da saúde, Galtung (1998) argumenta que a construção de uma paz positiva, tanto no âmbito estrutural quanto cultural, equivale a alcançar altos níveis de imunidade e saúde em geral. Assim como nas terapias, a prevenção (promoção da paz positiva antes da manifestação da violência direta) e a reabilitação (reconstrução da paz positiva após a resolução de conflitos violentos) são consideradas essenciais. Torna-se necessário, portanto, que as violências anteriores ao conflito sejam solucionadas a fim de evitar que a violência direta não ressurgir após o cessar-fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Johan Galtung é, certamente, central para a análise de conflitos a nível internacional e nacional. As contribuições teóricas do autor para o entendimento do fenômeno da violência são amplamente reconhecidas a nível internacional, especialmente nas áreas de Relações Internacionais e Ciência Política. O conceito de violência estrutural, conjuntamente com a violência cultural, caracterizou uma tentativa de romper com o paradigma realista das Relações Internacionais, predominante nos estudos de segurança, além de abrir os Estudos para a Paz para outras perspectivas além do positivismo¹⁰ que predominava na disciplina, nas décadas de 1950 e 1960 (Pureza; Cravo, 2005).

Na terceira seção do texto, foram apresentadas as definições de violência estrutural, cultural e direta. Violência direta é um fenômeno facilmente observável,

¹⁰ Conforme Oliveira (2017, p. 152), abordagens “[...] construtivistas, críticas, pós-estruturalistas, feministas e pós-colonialistas [foram] introduzidas na disciplina a partir das décadas de 1980 e 1990”.

existe quando um indivíduo ou grupo promove um ato violento contra um grupo ou outro indivíduo. O autor, entretanto, rejeita que essa seja a única forma de violência existente, uma vez que apenas a eliminação dessa não é capaz de criar um cenário de efetiva paz (Galtung, 1969).

Para abranger outras formas de violência mais difusas, Galtung cunha o conceito de violência estrutural, que engloba diversas formas de violência, incluindo fenômenos relacionados à distribuição de recursos econômicos, além de outras formas de exploração e exclusão social e política (Galtung, 1969). Mais adiante, Galtung introduz o conceito de “violência cultural”, que diz respeito a fenômenos culturais que servem de base para justificar, legitimar ou obscurecer outras formas de violência (Galtung, 1990). Elementos de algumas culturas (e não culturas em sua totalidade), como exemplo da religião, ideologia, linguagens, artes, ciências empíricas e formais (como a matemática), podem ser utilizados pelos *topdogs* ou *underdogs* como ferramentas para legitimar a violência estrutural ou direta (Galtung, 1990).

Assim como toda teoria, a proposta de Galtung não é isenta de críticas. Uma delas, por exemplo, é a abrangência do conceito de violência estrutural. Para Boulding (1978, p. 346), esse conceito foi expandido de modo a incluir tudo o que “Galtung não gosta”. De fato, o conceito de violência estrutural é bastante abrangente, podendo incluir debates econômicos, sociais, debates na área da saúde, direito e muitas outras áreas. Cabe ao cientista, portanto, maior cuidado e rigor ao trabalhar com esse conceito. Criticou, também, o caráter transdisciplinar dos Estudos para a Paz, afirmando que, à época, as pesquisas perderam muito em qualidade, uma vez os pesquisadores da paz não tinham qualificação necessária para trabalhar com temas de desenvolvimento (Boulding, 1978).

Apesar da crítica supracitada, o conceito de violência estrutural é bastante útil em articular a violência estrutural e cultural como fenômeno possivelmente causador da violência direta. Cientistas brasileiros de diversas áreas podem se beneficiar do potencial analítico do conceito galtunguiano de violência, utilizando-os como ferramenta para estudar problemáticas contemporâneas.

No âmbito da segurança pública, o autor fornece bases relevantes para pensarmos a violência policial pela ótica da violência cultural, possibilitando refletir o papel do racismo e do preconceito de classes como legitimadores de operações

violentas contra comunidades periféricas - a exemplo da operação policial na baixada santista que, até 14 de março de 2024, contabilizava 45 mortes (Porto, 2024). Pode servir de ferramenta para pensar o papel das desigualdades sociais e econômicas como fator preponderante para a consolidação de facções criminosas no Brasil, e sua elevada capacidade de captação de jovens da periferia. Ou seja, analisar como a violência estrutural causa a violência direta nesses contextos.

Por possuir um caráter transdisciplinar, o conceito de violência estrutural pode ser aplicado em estudos da área de medicina, de modo a verificar como a pobreza e falta de acesso à saúde de qualidade podem repercutir na saúde da população mais pobre (Farmer *et al*, 2006), além de exemplos na área da educação (Keisch; Scott, 2015) e da ecologia (Minayo, 1994).

Portanto, o conceito triádico de Galtung é bastante relevante para a compreensão de fenômenos recorrentes na realidade brasileira. Apesar das pertinentes críticas em relação à sua abrangência, se trabalhadas com rigor e cuidado, as formulações de Galtung podem fornecer insights e render análises muito pertinentes sobre problemas contemporâneos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

BARASH, David P., WEBEL, Charles. **Peace and conflict studies**. Thousand Oaks; Londres: Sage Publications, 2009.

BOULDING, Kenneth. E. Future Directions in Conflict and Peace Studies. **Journal of Conflict Resolution**, vol. 22, n. 02, p. 342-354, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002200277802200208>. Acesso em: 02 maio 2024.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CRAVO, Teresa Almeida. A consolidação da paz: pressupostos, práticas e críticas. **JANUS.NET e-journal of International Relations**, vol. 08, n. 01, p. 48-64, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/3032>. Acesso em: 01 maio 2024.

DAHL, Elizabeth S. Oil and Water? The Philosophical Commitments of International Peace Studies and Conflict Resolution. **International Studies Review**, vol. 14, n. 2, p. 240–272, 2012. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23279995>. Acesso em: 26 abr. 2024.

DAVIES, Shawn; PETTERSON, Thérèse; ÖBERG, Magnus. Organized violence 1989–2022, and the return of conflict between states. **Journal of Peace Research**, vol. 60, n. 4, p. 691-708, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00223433231185169>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DILTS, Andrew; WINTER, Yves; BIEBRICHER, Thomas; VANCE JOHNSON, Eric; VÁZQUEZ-ARROYO, Antonio Y.; COCKS, Joan. Revisiting Johan Galtung's Concept of Structural Violence. **New Political Science**, vol. 34, n. 2, p. 191-227, 2012. Disponível em: 10.1080/07393148.2012.714959. Acesso em: 25 jan. 2024.

FARMER, Paul; NIZEYE, Bruce; STULAC, Sara; KESHAVJEE, Salmaan. Structural Violence and Clinical Medicine. **PLoS Med**, vol. 3, n. 10, p. 1686-1691, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030449>. Acesso em: 02 maio 2024.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, n. 103, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/19675350/Transdisciplinaridade_nos_Estudos_de_Paz_Transdisciplinarity_in_Peace_Research_. Acesso em: 27 abr. 2024.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla; MASCHIETTO, Roberta Holanda. Introdução: os estudos para a paz e o Brasil. *In*: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 13-45.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. Empiricism, Criticism, Constructivism: Three Approaches to Scientific Activity. **Synthese**, vol. 24, n. 3/4, p. 343–372, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20114841>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. *In*: GALTUNG, Johan. **Essays in Peace Research**. Copenhagen: Ejlers, vol. 2, p. 283-304, 1976.

GALTUNG, Johan. Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses. **Journal of Peace Research**, vol. 22, n. 2, p. 141-158, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234338502200205>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/423472>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means**: Peace and conflict, development and civilization. Londres: Sage Publications, 1996.

GALTUNG, Johan. **Tras la violencia, 3R**: Reconstrucción, reconciliación, resolución: afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia. Guernica-Lumo: Gernika Gogoratuz, 1998.

GLEDITSCH, Nils Petter; NORDKVELLE, Jonas; STRAND, Håvard. Peace research – Just the study of war? **Journal of Peace Research**, vol. 51, n. 2, p. 145-158. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343313514074>. Acesso em: 25 jan. 2024.

JOURNAL OF PEACE RESEARCH. An Editorial. **Journal of Peace Research**, vol. 1, n.1, p. 1-4, 1964. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336400100101>. Acesso em: 25 jan. 2024.

KEISCH, Deborah. M.; SCOTT, Tim. U.S. Education Reform and the Maintenance of White Supremacy through Structural Violence. **Landscapes of Violence**, vol. 03, n. 03, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/lov/vol3/iss3/6/>. Acesso em: 02 maio 2024.

KRISHNAN, Armin. **What are academic disciplines?** Some observations on the disciplinarity vs. interdisciplinarity debate. National Centre for Research Methods Working Paper Series, jan. 2009.

LAWLER, Peter. **A question of values**: Johan Galtung's peace research. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

MASCHIETTO, Roberta Holanda; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia nos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Estudos para a paz**: conceitos e debates. São Cristóvão: Editora UFS, 2019, p. 537-576.

MENESES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. **Revista Symposium**, v. 3, p. 19-25, 1999. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3152/3152.PDF>. Acesso em 01 maio 2024.

MENESES, Maria Paula. Sul Global. In: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (Org.) **Dicionário das Crises e das Alternativas**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 199-200.

MINAYO, Maria Cecília de S. Inequality, Violence, and Ecology in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 10, n. 02, p. 241-250, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>. Acesso em: 02 maio 2024.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017. DOI: 10.21530/ci.v12n1.2017.611. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PATOMÄKI, Heikki. The Challenge of Critical Theories: Peace Research at the Start of the New Century. **Journal of Peace Research**, v. 38, n. 6, p. 723-737. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343301038006005>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PORTO, Renan. Operação na Baixada: PM mata 2 em São Vicente; mortes chegam a 45. **Metrópoles**, São Paulo, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/operacao-baixada-pm-mata-2-sao-vicente-mortes-chegam-45>. Acesso em: 02 maio 2024.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 71, p. 05-19, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1011>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PUREZA, José Manuel. Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais. **Estudo Geral**, p. 1-31, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/13063>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PUREZA, José Manuel. O desafio crítico dos estudos para a paz. **Organicom**, v. 15, n. 28, p. 74-89, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549>. Acesso em: 25 jan. 2024.

REID, Herbert G.; YANARELLA, Ernest J. Toward a Critical Theory of Peace Research in the United States: The Search for an "Intelligible Core". **Journal of Peace Research**, vol. 13, n. 4, p. 315-341, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234337601300404>. Acesso em: 25 jan. 2024.

ROGERS, Paul; RAMSBOTHAM, Oliver. Then and Now: Peace Research — Past and Future. **Political Studies**, vol. 47, n. 4, p. 740-754, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00229>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SALATINI, Rafael. Apresentação. In: SALATINI, Rafael. **Reflexões sobre a paz**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 5-13.

SCHMID, Herman. Peace Research and Politics. **Journal of Peace Research**, vol. 5, n. 3, p. 217-232, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336800500301>. Acesso em: 25 jan. 2024.

WALLENSTEEN, Peter. **Peace Research: Theory and Practice**. Londres: Routledge, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Artigo recebido em 25 de janeiro de 2024.

Aprovado em 21 de julho de 2024.